

Titulo:

**Congresso "D. Afonso Henriques. 900 Anos Depois"  
Viseu, 16 a 19 de Setembro de 2009**

Autor(es): **João Silva de Sousa**

Enquadramento Institucional: **Comissário-Geral das Comemorações dos 900 Anos do Nascimento de D. Afonso Henriques em Viseu (1109-2009), Comissário-Científico do Congresso: "Viseu – 900 Anos Depois", Professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.**

Contacto: **jllssousa@hotmail.com**

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. Nº7, (Dezembro 2009). Direc. José Mattoso. Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X

### **Congresso "D. Afonso Henriques. 900 Anos Depois" Viseu, 16 a 19 de Setembro de 2009**

**A**ntecedido por um vasto conjunto de iniciativas de ordem cultural e social, realizou-se em Viseu, de 16 a 19 de Setembro de 2009, o Congresso "D. Afonso Henriques. 900 Anos Depois", visando assinalar, em termos científicos, o nono centenário do nascimento do primeiro rei português. Como foi devidamente anunciado, não se pretendia estabelecer qualquer guerrilha com quaisquer entidades, pois o acontecimento deveria envolver todas as cidades afonsinas portuguesas e espanholas, com especial referência aqui para Tui, Zamora, Toledo, Astorga, Badajoz, entre outras, do País vizinho.

O grande número de comunicações apresentadas dividiu-se por nove painéis.

O primeiro intitulou-se “História Política e das Instituições”, que versou temas consequentes da guerra dos Normandos e da aculturação (Mestre Hélio Pires): sua presença e o porquê da sua fixação, o que, de certo modo, justificou a tolerância dos mesmos no território portugalense (Coimbra, Leiria e Santarém incluídos), no respeitante ao povoamento, desenvolvimento da agricultura e aproveitamento das técnicas militares por eles aqui introduzidas, sobretudo desde a tomada de Lisboa aos Mouros, em 1147. Esta política adoptada por D. Afonso Henriques, encontrou ecos na Carta de Amizade e Segurança que, em 1170, o “rei” expedia aos Mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer e que D. Sancho I estendeu, mais tarde, a zonas do Alentejo. Neste sentido, foram referidas as “dádivas por Afonso Henriques de coutos aos monges beneditinos” (Prof. Doutor Frei Geraldo Coelho Dias), com um arrolamento abundante de latifúndios e outros, através de expressivas outorgas por diplomas firmados por D. Teresa em conjunto com seu filho, o Infante D. Afonso, desde muito cedo (1109-1127). Os diplomas expedidos pelos outorgantes levaram-nos à “sigilografia” (Prof. Doutora Maria do Rosário Morujão), com apresentação de expressivos sinais afonsinos que Afonso Henriques usara ao longo da vida. Sendo D. Afonso o “Patrono do exército português” (Maj. -General Adelino Matos Coelho), a guerra foi vista com avanços e recuos, dada a fraca evolução de meios no seu tempo, dando lugar ao tema “a heroicização de Afonso Henriques” (Prof. Doutor Aires do Nascimento), tido o Infante como líder de um exército que sempre o acompanhou e ao qual ficou a dever-se a continuação da “Reconquista”, como o bulário da época requeria expressivamente ao Príncipe, depois Rei.

Passados ao 2.º Painel, “A Igreja Portugalense”, retomámos um dos principais temas acima iniciados, com “A implantação das Ordens Militares Internacionais: dos Condes Portugalenses a D. Afonso Henriques” (Prof. Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa), onde, com grande pertinência, se abordou a doação, a vinculação dos bens de raiz ao Direito Canónico, a defesa das fronteiras quer a Leste do território quer adentro das áreas onde as instituições tinham os seus alargados coutos e o meios atractivos de população para esses locais protegidos. A própria doação de terras na Beira a mosteiros e Catedrais do Norte e doutros pontos do território contribuíram eficazmente para que se desse uma maior atenção ao povoamento, *lato sensu*, das áreas mais desprotegidas.

Dentro desta epígrafe, foi a vez de se tratar da “Hierarquização e Disciplina das Ordens” (Cap. - Inf.<sup>a</sup> Carlos Filipe Afonso), ninguém melhor que um oficial do exército ligado ao estudo da medievalidade portuguesa para tratar destes aspectos no que se refere a instituições militares, se bem que religiosas. Particularizando o caso específico de Lamego, seguindo de perto a obra de Almeida Fernandes *Intervenção de Lamego na Libertação Nacional – 1126-1128* (Viseu, 1995) e continuando os dados expostos em termos cronológicos – “D. Afonso Henriques na Diocese de Lamego – 11289-1143” (Mestra Isolina Guerra). A tarde terminou de uma maneira *sui-generis*, tema, no entanto, que tinha de ser colocado no painel, por conveniência de serviço. Tratou-se do assunto generalista “Dr. Almeida Fernandes e o seu espólio” (Padre António Seixeira), uma comovente conferência, sobretudo para a Família e amigos mais íntimos presentes, mas bem esclarecedora do trabalho intenso do autor, acompanhada com a projecção dos livros com o auxílio do *power point*.

Passados ao terceiro Painel, subordinado ao tema “Reafirmação da Identidade: Ecos da Renovação”, voltámos ao tema da guerra, no séc. XII, com “A guerra em Portugal no reinado de D. Afonso Henriques” (Ten. - coronel de Inf.<sup>a</sup> Abílio Lousada) que nos perspectivou a guerra sob outro ponto de vista que não o mencionado acima: armas e estratégias, no quotidiano militar. “A imagem sagrada no século XII em Portugal: proposta de revisão” (Prof. Doutora Lúcia Rosas) ofereceu-nos exemplos vários de santos e mitos que, ao longo dos tempos, mereceram que se apartassem da realidade histórica e se confinassem à lenda e tradição populares que, na Idade Média, foi sublinhado, gozavam de grande importância. Recordem-se as alminhas e capelas e, um pouco depois, a feira que se realizava em torno de uma imagem “porque fazia muitos milagres”. O Mestre Anísio Saraiva fechou o painel, com “Viseu em tempos fundacionais: do governo condal ao Reino de D. Afonso Henriques (1096-1185)”, um assunto que revelou à assistência um encadeado de conhecimentos acerca da cidade, do Rei, da interacção de ambos, consoante os tempos e as conjunturas.

Ao quarto Painel demos o nome “Fronteiras Políticas e Delimitações Naturais”, intervindo com o tema “Fronteira, Guerra e a organização social do espaço” o Prof. Doutor Manuel Sílvio Alves Conde, que, pela guerra, justificou o estabelecimento e a defesa da fronteira e o lento caminhar do espaço, por motivos vários, mas, sobretudo, pela necessidade de defesa e aproveitamento socio-económico do mesmo. Passou-se ao

“Fossado de Badajoz” (Ten. -coronel de Art.<sup>a</sup> Carlos Alberto Fonseca) que se não escusou de relatar o evento, mas ainda reforçou a ideia do desastre militar de Afonso Henriques, pelo facto não de combater o infiel, mas por se achar, então (1169), a invadir terras que o Tratado de Sahagún (1158) definira como Leonesas. Novo tratado na mesma vila, agora em 1170, fixava regras entre Fernando II e Afonso Henriques. “A inscrição moçárabe do Barrocal” (Mestre Abel Estefânio), foi outra apresentação de um dado arqueológico local importante, tentando comparar-se as possíveis leituras da inscrição e deixando um tanto no ar o sentido das mesmas. Uma última a referir tomou o título “O Ribat da Arrifana, Ibn Qasi e D. Afonso Henriques” (Prof. Doutora Rosa Varela Gomes e Mestre Arq.<sup>o</sup> Mário Varela Gomes), com revelações recentes acerca do histórico achado no Sul do território e demonstrativo das boas relações diplomáticas do rei com o vali.

Transitando para o quinto Painel: “Mentalidades e Construções de Ideias”, começámos com a apresentação do tema “Afonso Henriques no século XVI: momentos e imagens, corpos e lugares (Prof. Doutora Ana Isabel Buescu), focalizando a afirmação das nacionalidades em Quinhentos e a conseqüente construção de identidades políticas. São aqui destacados quatro momentos particulares – 1520, 1556, 1570 e 1573 – atestando as acções do Rei Fundador na memória nacional naquela centúria. Passámos à “Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira e as vitórias de Afonso Henriques. Uma apropriação textual e iconográfica medieval?” (Prof. Doutora Maria de Lurdes Rosa), em que se referiu a devoção do nosso primeiro monarca pela Padroeira da Colegiada de Guimarães, como motivo recorrente na Literatura e na Arte da Restauração, produzida nos círculos vimaranenses. Seguiu-se “A Literatura Monástica – Tradução/Globalização” (Mestra Ana Cristina Rui Lopes de Almeida), em que se salientou que, em termos de Literatura, o tempo do rei D. Afonso I e do seu Reino, o da “Reconquista” e dos monges e homens de Letras trouxe consigo um fenómeno a que hoje chamaríamos de “globalização”. Fechou-se a ordem de trabalhos, com a apresentação do tema “Um milagre em Cárquere...” (Cor. de Inf.<sup>a</sup> Diogo Velloso), onde se explanou o verdadeiro significado da lenda, o mote da deformação congénita de elementos de importantes Casas, como o do próprio Infante, aludindo-se a trabalhos que têm sido recentemente apresentados dentro do bestiário, por exemplo. Assim foi Cárquere na mitologia e na História. Faltou, por razões pessoais, o Mestre Mário de Gouveia que enviou o texto, sobre o tema “As vésperas de S. Mamede: Nuno Mendes e

a Batalha de Pedroso na Historiografia do Nacionalismo” roçando um tema preferencial de Almeida Fernandes.

O sexto Painel teve como fundo a epígrafe “Laços Familiares”. Iniciou-se com “D. Teresa no exercício do Poder” (Prof. Doutor António Matos Reis), à qual ficou a dever-se, em grande parte, o projecto que originou o futuro Portugal. O cruzamento dos dados obtidos e expostos pelo comunicante permitiu concluir que D. Teresa legou a seu filho e a todos os Portugueses uma valiosa herança que explicará a concepção do País. Passámos à “Memória Genética de D. Afonso Henriques” (Dr. Fernando D’Abranches Correia da Silva) o qual apresentou a linhagem paterna de D. Afonso Henriques e a Heráldica dos primeiros reis portugueses. O Painel foi concluído com “D. Afonso Henriques and the second crusade” (Prof. Susan B. Edgington, PhD), que lançou duas importantes questões: 1.<sup>a</sup>- Até onde foi a intervenção dos exércitos Ingleses, Alemães e Flamengos, no cerco de Lisboa, ou na planificação do mesmo, em 1147 ? 2.<sup>o</sup> - Teria constado dos planos de Roma a guerra contra os Mouros em Portugal ? Para tal socorreu-se do *De expugnatione Lyxbonensi*, ou a “Conquista de Lisboa” e da carta enviada ao arcebispo de Colónia: a famosa “Carta de Lisboa”.

Entrámos no 7.<sup>o</sup> Painel, que intitulámos “Relações Internacionais / Diplomática Régia e Diplomática Nacional e Papal na Narrativa”. Começámos com a apresentação do tema “O sinal ‘Portugal’ na documentação do século XII. Uma possível interpretação” (Prof. Doutor João José Alves Dias), onde, entre alguma documentação que nos resta do reinado de D. Afonso Henriques, ela é autenticada com um selo raso que tem inscrita a palavra “Portugal”, com múltiplas formas e variantes. Retomaram-se alguns desses sinais como “emblema” ou *signum* da “nacionalidade” portuguesa e utilizados como identificativo nas novas moedas de Euro. Referiram-se os seus hipotéticos objectivos no século XII. Seguiu-se “A política foraleira do Conde D. Henrique: dinâmica e significado” (Mestre Carlos Silva Moura), explicando que quer os emitidos por entidades particulares ou pelo rei, os forais salientam, essencialmente, necessidades de fixação populacional, de delimitação fronteiriça do espaço conquistado ou de incremento efectivo de uma economia de produção por parte das comunidades estabelecidas. Para além destas, o autor apresentou-nos perspectivas mais amplas, funcionando como factor de agregação conducente à identidade nacional. Ainda: “Um herói demasiado humano: o retrato de D. Afonso Henriques nos textos medievais”

(Prof. Doutora Graça Videira Lopes), que nos apresentou, em breve resenha, as mais antigas narrativas escritas que nos chegaram sobre D. Afonso Henriques, especialmente as chamadas “Crónicas Breves de Santa Cruz de Coimbra”. Concluimos esta secção com “O Paradigma Cristão na Legitimação Régia: da Regência a D. Afonso Henriques” (Dr.<sup>a</sup> Mariana Almeida e Dr. Edgar Fernandes), onde se observaram, a pretexto do “mote russo”, as relações de proximidade entre as realidades bizantina e viking e o fundador do Reino de Portugal, assim como os reflexos dessas culturas na nossa própria História.

O oitavo Painel foi o mais longo e intitulou-se “Viseu: o local, a Arte e as Técnicas”. De um modo muito interessante, foi-nos proporcionado ouvir um mesmo assunto, visto por dois investigadores portugueses e por dois franceses. “Técnicas de hidráulica entre os Cistercienses (aspectos na “terra” Portucalense e em França)” (Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge e Prof. Doutor José Manuel de Mascarenhas), que se apoiaram numa abordagem comparativa de soluções adoptadas em dois mosteiros medievais: S. João de Tarouca e Santa Maria de Almoester. Analisou-se, então, a tecnologia adoptada nos diferentes componentes dos sistemas, desde a captação de água potável, seu transporte, armazenamento e distribuição, até à sua evacuação final. E “Técnicas de hidráulica – Claraval” (Prof. Doutora Joséphine Rouillard e Prof. Doutor Paul Benoît). Foi colocada a questão de ver, no domínio da hidráulica, como se processava a regulação da água em Claraval. Passámos à comunicação sob o título “A Arquitectura rural cisterciense na região das Beiras (Prof. Doutora Maria do Céu Tereno), pela dimensão que assumiu no desenvolvimento do território nacional, desde a sua fundação, que ficou a dever-se a D. Afonso Henriques. Após a instituição em Alcobaça, foram muito variados os locais por onde se espalharam os monges de Cister e, como tal, a organização de cada uma das granjas, numa tipificação exemplar que nos foi explicitada. Seguiu-se o tema “A Arquitectura de Cister nas Beiras” (Prof. Arq.<sup>a</sup> Ana Maria Tavares Martins), regressando-se, naturalmente, à Ordem acima referida, mas, desta feita, em termos de um ideal arquitectónico, com exemplos vários dados para esta vasta região do Reino. Mas as marcas do legado da Ordem de Cister em Portugal apresentam-se como um sistema, que como tal permite a sua abordagem e estudo, constituindo-se não apenas unidades arquitectónicas, mas também artísticas e paisagísticas de elevado valor patrimonial que têm de ser conservadas (S. João de Tarouca, S. Cristóvão de Lafões, Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, Santa Maria de Salzedas e São Pedro das

Águias foram os exemplares escolhidos). Passámos à “Sé de Viseu durante o século XII: a génese e a consolidação de duas matrizes arquitectónicas” (Dr. Carlos Filipe Alves), comunicação em que abordou, entre demais pontos, o período vital da formação do Reino português, como foi o século XII, onde os jogos geopolíticos, durante a transição do governo condal para o reinado de D. Afonso Henriques, se afiguram como os principais responsáveis pela construção da catedral e do paço condal edificadas dentro do Alcácer conquistado décadas antes por Fernando I, o Magno. Concluimos o presente painel com a seguinte comunicação: “Da decoração esculpida das Igrejas altomedievais” (Prof. Doutor Alberto Abreu). Sem generalizar, porque a temática não fora sempre a mesma, o autor referiu a pintura interior, as esculturas exteriores, o arco triunfal interno e respectivos capitéis, dando uma abrangente noção da variedade de decorações e de monumentos exemplificativos.

Entrados no nono Painel, o tema do mesmo era por demais alargado porque impreciso: “As Regiões: Identidade e Conflitos de Identidade”. Começámos com a apresentação do tema “A identificação social em tempo de Afonso Henriques: a região polarizada de Lamego” (Prof. Doutora Iria Gonçalves). Ausente, por motivos de saúde, enviou-nos a sua comunicação, dando conta que, muito embora homens e mulheres se identificassem dentro de um mesmo sistema antroponímico, verificam-se algumas diferenças que passam principalmente por uma maior incidência de nomes a um elemento na onomástica feminina, quando era já corrente entre nós o uso do antropónimo a dois elementos, e em uso mais generalizado do apodo entre homens; pela ocorrência, mais frequente no feminino da adjunção nominal – esclarecimento apostroado ao nome para uma maior clareza na identificação – reportada a vários elementos do grupo familiar, com esmagador destaque para o marido, quer em vida, quer já falecido, o que mostra a menor visibilidade feminina dentro da sociedade. Assim o resumo enviado. Passámos para “A Terra de Viseu durante a Reconquista (Séculos VIII-XIII)” (Mestre Jorge Adolfo Meneses Marques). Afirma que Viseu foi palco dos avanços e recuos da “Reconquista” e apenas tomada definitivamente, em 1057. Até ao século XIII, o objecto cronológico do seu estudo, aquelas vicissitudes vieram a reflectir-se, entre outras coisas, no povoamento altomedieval, na estrutura religiosa e na economia regional. Procurou, como o próprio o afirmou, compreender a ocupação deste território entre os séculos VIII e XIII (os inícios da “reconquista” e o advento de D. Afonso II). Passamos ao “Sequestro de um Chefe Espiritual Sufi Algarvio por Cruzados Portugueses” (Prof.

Doutora Fátima Botão Marques). Voltámos aos dois grandes mundos que caracterizaram a Península na Idade Média: o Cristão e o Muçulmano. Aos avanços da Cristandade para Sudoeste, protagonizados por uma dinastia recente, resultante da paixão de um jovem rei. Há um território que o Islam mantém há séculos, ferido e desgastado por crises sociais e políticas, pelo peso de uma forte fiscalidade, por divisões religiosas. Apesar dos espaços de mato agreste, das “zonas de deserto” a separar ambos estes mundos, como uma fronteira funesta, há elos surpreendentes, de ambos os lados, patentes no encontro entre dois cruzados portugueses e um chefe espiritual sufí, da região do Sul da serra algarvia. Finalizámos o presente painel com uma palestra cujo título foi “Alfonso Enriquez frente a la Monarquia Leonesa” (Prof. Doutor Manuel José Recuero Astray). Referiu que a independência de Portugal, sob a direcção de D. Afonso Henriques, foi fruto de um processo político complexo. Um elemento, entre os mais importantes, teve a ver com as violentas relações que mantiveram as autoridades do novo Reino sob a alçada de D. Afonso Henriques com a velha corte castelhano-leonesa, então dominada por Afonso VII. Não há dúvida que as más relações que, periodicamente, desembocaram em guerras fronteiriças, tiveram como causa principal o mesmo processo de independência ou ruptura, que teve de ser necessariamente traumático. Contudo, a violência como a mesma natureza da ruptura que se estava produzindo, tem de ser avaliada pelas atitudes que mantiveram os seus principais protagonistas.

Na abertura do Congresso, usaram da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Fernando Ruas, o Senhor Vereador do Pelouro da Educação, Cultura e Desporto, Dr. José Moreira e o Comissário-Geral das Celebrações e Comissário-Científico do Congresso que se referiu às Celebrações e ao que se esperava do Certame. Seguiu-se, para terminar a manhã, uma lição de sapiência por parte da Senhora Presidente da Academia Portuguesa da História, Professora Doutora Manuela Mendonça, que passou em revista o governo de D. Afonso Henriques, o significado das suas principais atitudes políticas e a necessidade de se obter da comunidade dos historiadores um parecer acerca das novas teses que conduzem ao nascimento do nosso primeiro Rei em Viseu, em Agosto de 1109.

O Congresso finalizou no dia 19 de Setembro, pelas 13H00, com duas lições: uma do Senhor Coronel Rui Moura, então, Comandante do Regimento de Infantaria 14 de Viseu, intitulada “D. Afonso Henriques e Viseu”, escalpelizando o foral que D. Teresa outorgou a Viseu, em 1123. Outra da Senhora Professora Doutora Maria Alegria Fernandes Marques, Professora Catedrática da Universidade de Coimbra, intitulada “Portugal de Afonso Henriques na Europa do seu tempo”, lição última e de fecho do Congresso, com uma ampla visão do Governo de D. Afonso Henriques, salientando que a Roma, a Leão e Castela, associou a sua experiência diplomática, no que respeita à política externa, à casa de Mouriana-Saboia, através do seu casamento com D. Mahaut de Sabóia.